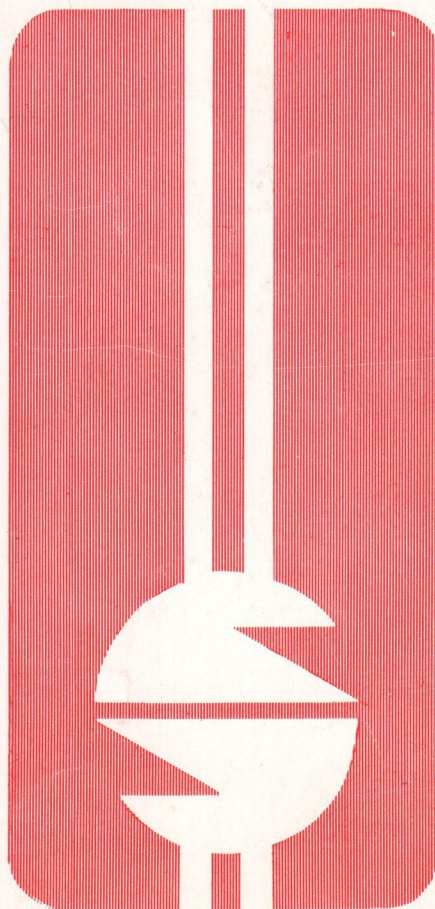


Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

- “TEORIA GERAL” DE
KEYNES
Nuno Renan L. de F. Pinto
- PROBABILIDADE E
INCERTEZA EM KEYNES
Carlos Augusto Crusius
- KEYNES E SCHUMPETER:
UM COTEJO
Eugênio Miguel Cánepa
- ESTADO E TEORIA
ECONÔMICA
Gentil Corazza
- KEYNES, O INVESTIDOR
David C. Garlow
- FRIEDMAN E A “TEORIA
GERAL”
Hélio Henkin



ano 1

nº 2

DIRETOR DA FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS:

Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

VICE-DIRETOR: Prof. Nelson Rokembach

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Renato Batista Masina

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Prof^a Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Roberto Camps Moraes

Prof^a Yeda Rorato Crusius

ANÁLISE ECONÔMICA é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando divulgar estudos e pesquisas de seu corpo docente e discente na área de Economia. Aceitam-se, entretanto, artigos e resenhas bibliográficas de economistas e técnicos não vinculados à Instituição. As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. É permitida a reprodução parcial para fins didáticos.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

A TEORIA GERAL DE KEYNES: UM COMENTÁRIO

Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto *

INTRODUÇÃO

Desde sua publicação em 1936, a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*¹ tem suscitado continuada controvérsia a respeito de sua efetiva contribuição no que concerne ao estabelecimento de um novo paradigma teórico em Economia.

Esse debate, ao longo de quase quatro décadas, produziu respeitáveis interpretações daquela obra que, se por um lado tornaram-na mais inteligível e operacional no plano da política econômica, por outro tenderam a conformá-la, através de um processo de filtragem², às concepções ortodoxas, inteiramente avessas à visão original de keynes sobre o funcionamento de um economia capitalista.

É fora de dúvida que o próprio autor estava convencido de que o status de seu sistema teórico ia muito além de uma mera reformulação ou qualificação da ortodoxia clássica³, então vigente. A esse respeito, keynes é enfático ao se referir à impossibilidade lógica de equilíbrio com desemprego involuntário na concepção dominante:

"Os teóricos da escola clássica são comparáveis aos geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano, os quais, descobrindo que, na realidade, as linhas aparentemente paralelas se encontram com muita frequência, as criticam por não se conservarem retas, como único recurso contra as desastrosas interseções que se produzem. Sendo esta a realidade, não há, de

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Curso de Pós-Graduação em Economia do IEPE/UFRGS.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO I	Nº 2	NOV./1983	p. 5-17
-------------------	-------	------	-----------	---------

fato, nenhuma outra solução a não ser rejeitar o axioma das paralelas e elaborar uma geometria não euclidiana. A ciência econômica reclama hoje uma medida desse gênero⁴."

Resta indagar porque a *Teoria Geral* que objetivava caracterizar estados de depressão ou recessão econômica entre os fatos da normalidade de economias capitalistas, e, portanto, deveriam ser enquadrados em um modelo explicativo coerente, transmutou-se no mero Fiscalismo em que, por uma combinação apropriada de gasto público e taxação, obter-se-ia uma trajetória ininterrupta de pleno emprego e crescimento; cabendo à moeda um papel meramente acomodativo ou passivo⁵, isto é, presidentes de bancos centrais em geral não sobrevivem a suas promessas de austeridade monetária. É a este Keynes caricato que se opõe M. Friedman, invertendo as premissas da análise, tendo a quantidade de moeda primazia absoluta na determinação da renda *nominal*, enquanto que o setor real é globalmente estável na posição de pleno emprego. Assim sendo, as flutuações de renda nominal e emprego devem ser atribuídas ao manejo desordenado (irresponsável) da oferta monetária pelas autoridades responsáveis⁶.

Parafraseando Sartre, penso, entretanto, que a *Teoria Geral* não deva ser avaliada nos termos que fizeram dela fiscalistas de um lado e monetaristas de outro. Para apreciá-la, torna-se importante a identificação de suas inovações de seus pontos de ruptura com o "Paradigma Neoclássico". Assim, creio que alguns itens emergem como pontos focais para exame:

- a) reorientação metodológica proposta por Keynes ao privilegiar uma Teoria de Agregados (recuperando, com isso, a estrutura formal presente em Ricardo, Marx, e, de certa forma, em Adam Smith):
- b) características intrínsecas de uma economia com moeda em contrapartida aos modelos de troca, distintamente Walrasianos;
- c) análise em um contexto dinâmico, isto é, pressupondo a existência de ajustamento de fluxos e estoques em face de expectativas;
- d) implicações de (c), acima, para a microteoria da formação de preços;
- e) por fim, uma questão decorrente, mas de suma importância, qual seja acerca do papel do sistema de preços como um mecanismo de coordenação em um sistema econômico com decisões descentralizadas.

São estas questões que passaremos a examinar, após uma breve caracterização do paradigma neoclássico a que se opunha Keynes.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PARADIGMA NEOCLÁSSICO

A teoria neoclássica emerge em seus traços distintos da “Riqueza das Nações” de Adam Smith. Entretanto, é na obra de Walras⁷ que a mesma toma sua forma “canônica”, em termos de estrutura postulacional e como um programa de investigação na acepção de Lakatos⁸. Podemos caracterizar esta concepção, de modo intuitivo, a partir de certos pressupostos que identificam, afinal de contas, a disciplina de microeconomia até os dias de hoje.

O sistema econômico, é descrito (e deve ser analisado) através dos agente individuais — consumidores e produtores — que agem obedecendo a uma coleção *ordenada* de preferências, sujeitos, entretanto, a uma restrição de caráter orçamentário. Ao manifestarem esse comportamento de escolha sob restrição, e conforme o estado do mundo em vigor, esses agentes individuais *revelam* demandas e ofertas individuais que podem ser agregadas ao nível de mercados, ou da economia como um todo. Desse processo de interação entre os agentes econômicos, surge um conjunto de preços tal que os planos individuais são reconciliados, isto é, a partir dos estoques de mercadorias disponíveis no mercado (feira), então:

- a) em conjunção a esse particular conjunto de preços, quantidades são determinadas de forma que nenhum indivíduo deixe de comprar ou vender o que desejaria de acordo com seu plano⁹;
- b) o resultado dessa compatibilização dos planos individuais é definitiva no sentido de que esse estado de equilíbrio, uma vez atingido, é *estável* no sentido de que não há ações individuais recorrentes para modificá-lo, desordenadamente. Dito de outra forma, não há nada no plano coletivo que não esteja transparente, a priori, a nível do indivíduo.

Esse admirável “tour de force” de Walras equivale, matematicamente, à solução de um sistema de equações com o mesmo número de incógnitas, ou, em outras palavras — N preços¹⁰ resultantes da ação dos indivíduos em N mercados (para as mercadorias existentes respectivamente) determinam a fixação das N quantidades de mercadorias correspondentes. E, esse resultado envolve o paradoxo de que os agentes individuais tomando os preços como dados, não obstante determinam coletivamente, exatamente, os preços que são requeridos para o equilíbrio. Todavia, supondo que, realmente exista um conjunto ou vetor de preços¹¹ capaz de equilibrar o sistema, cabe indagar como essa miríade de agentes econômicos reconhecem os preços que são “corretos”? Para esse fim, Walras propõe alguns pressupostos que aparentemente garantem a estabilidade da solução de equilíbrio.

O primeiro deles é que a análise do equilíbrio é puramente atemporal e, portanto, o ajustamento dos mercados não envolve uma seqüência, no tempo real, de transações efetivamente realizadas; isto significa que expectativas frustradas não modificam os planos individuais de compra e venda *durante* o período em que são realizadas as transações. Por outro lado, como a produção de hoje não depende de uma venda prospectiva no futuro, não existe elo algum entre os períodos distintos. Logo o conteúdo total de informações de mercado que chega aos indivíduos são informações de preços.

O segundo pressuposto requerido é o da existência do conceito de *tatonnement* que significa uma experimentação virtual com um conjunto ou vetor de preços em busca de uma solução ótima. Intuitivamente, podemos compreender o *tatonnement* walrasiano através da figura de um Leiloeiro (Auctioneer) que, em cada período de mercado, estipula os preços respectivos e recolhe informações sobre as ofertas de venda e os pedidos de compra. Assim, para mercadorias cuja demanda de mercado excede sua oferta respectiva o leiloeiro aumenta o preço, e vice versa. Uma vez estabelecidos os preços corretos, então as transações são efetivamente realizadas, de forma que ninguém compra ou vende a "falsos preços"¹².

Finalmente, requer-se que os agentes econômicos sejam suficientemente numerosos de modo que lhes seja impossível estabelecer coalizões com o objetivo de impedir que os preços de equilíbrio sejam estabelecidos. Isto é, nenhum indivíduo ou grupo detém a capacidade de reter mercadorias que deveriam ser colocadas a venda, desorientando assim o leiloeiro — a competição perfeita reina em todos os mercados.

Esta descrição da visão Walrasiana cujo poder explicativo em nada iguala à sugestão de harmonia e simetria do sistema econômico, apresenta alguns defeitos que são menores diante do fato que essa economia pode ser concebida sem que a moeda tenha um papel essencial. Em verdade, a moeda é introduzida da seguinte forma: o nosso leiloeiro, ao iniciar-se o processo de *tatonnement*, somente poderia avaliar o significado de cada oferta e demanda individual se tivesse um referencial como base — isto é, caso dispusesse de um numerário, digamos tomates. Então, todos os cálculos do leiloeiro seriam efetuados com base na quantidade oferecida ou demandado por unidade daquele produto, cujo preço é, evidentemente, igual a *um*. Ao final do *tatonnement*, o leiloeiro teria que verificar sobre a quantidade total de moeda em existência, a qual deverá ser exatamente igual ao valor das transações efetuadas. Assim, caso a moeda fosse o cruzeiro, todos os preços (inclusive o preço do numerário) estariam determinados na mesma moeda.

Entretanto, é fácil verificar que o nosso leiloeiro poderia ter utilizado uma moeda inteiramente fictícia como Talentos, Coroas, ou Contos de Réis que o resultado ou a solução para os mercados não seriam afetados. A “moeda é apenas um véu” que recobre os mercados e que, portanto, não pode afetar o equilíbrio dos mesmos — prevalece a chamada “dicotomia” do modelo Walrasiano. Evidentemente, esta forma de especificar o comportamento da moeda é reformulada a partir dos próprios seguidores de Walras, especificamente, na Contribuição de Patinkin¹³. O fato é que, mesmo em Patinkin, a moeda não é apresentada como uma possível fonte de desajustamento do setor real da economia, muito pelo contrário¹⁴.

Finalmente, cabe ainda colocar a questão referente às razões pelas quais os indivíduos do mundo Walrasiano não exibiriam o seguinte padrão de comportamento: ao venderem produção, comprariam menos de outros produtores, retendo parte de seus ganhos em moeda corrente? Esta questão para a concepção dominante na época de Keynes, era desprovida de qualquer sentido lógico, pois porque os indivíduos venderiam produtos que dispunham se não para comprar outro tanto equivalente de que necessitavam — isto é, “toda oferta cria sua própria demanda” — como sugeria J. Stuart Mill ao interpretar a Lei de Say.

Dessa forma, o desemprego não poderia ser concebido senão como voluntário e determinado por uma recusa dos trabalhadores desempregados em aceitarem um salário menor. Nor termos do mundo Walrasiano, os trabalhadores estariam formando uma coalizão, impedindo, como isso, o estabelecimento do preço correto pelos seus serviços. A luz da profunda depressão dos anos 30, com milhões de mulheres e homens persistentes desempregados, podemos então compreender a veemência de Keynes, com relação ao dilema dos “geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano”¹⁵.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TEORIA GERAL

Penso que a visão do sistema econômico colocada por Keynes na *Teoria Geral* é diametralmente oposta à concepção de Walras e seus seguidores. Nesse sentido, há naquela obra alguns pressupostos nem sempre claramente explícitos que devam ser ressaltados:

— A análise de uma economia somente poderá ser relevante se for levada em conta a sua dimensão temporal. Portanto, o problemático ajustamento a uma possível posição de equilíbrio exige o exame de uma sequência no tempo.

— Inexiste a figura do “*auctionner*” que, ao deter informação total sobre os planos individuais, elimina a possibilidade de possíveis prejuízos sofridos pelos protagonistas em seus fluxos de rendimento, ao mudarem as condições de mercado.

— No setor produtivo, a produção de bens não é instantânea, além do que a produção envolve a utilização de bens de capital que proporcionam um fluxo *incerto* de receitas, ao de períodos subseqüentes à sua aquisição.

— A existência de um horizonte no futuro que não pode ser descartado, implica que as ações individuais sejam guiadas por um perfil de expectativas, o qual não pode ser mantido senão de modo *incerto*¹⁶. Em adição a isso, quanto mais distante for o horizonte a ser considerado, tanto mais precária será a base de cálculo para a fixação de um perfil “correto” destas expectativas em relação aos ganhos prospectivos dos indivíduos em questão.

— A conjunção dos pressupostos anteriores determina que a moeda assuma um papel fundamental nesse sistema, pois, de um lado, há transações cujos efeitos tem algum grau de permanência e necessitam ser financiadas, e, por outro lado, a simples possibilidade de ganhos ou perdas imprevistas determina que os protagonistas mantenham certo grau de *Liquidez*.

— Finalmente, nesse tipo de economia há um certo caráter *especulativo* no comportamento dos produtores. Assim, caso haja uma, súbita elevação da demanda por seus respectivos produtos pode ser que os produtores a satisfaçam desfazendo-se de seus estoques mais rapidamente, ao invés de alterarem seus respectivos preços. O significado desse, padrão de comportamento é o de que os preços vigentes no mercado não implicam a igualação de demandas e ofertas respectivas. Em outras palavras, os preços vigentes tem certo grau de *exogeneidade* ao mecanismo de oferta e demanda¹⁷ — agora as quantidades passam a ter um conteúdo informacional importante para o funcionamento da economia.

Penso que este último item é tão implícito nas entrelinhas da *Teoria Geral* que um esforço de explicação não é suficiente. Aqui, é requerido um certo viés de interpretação de que participo. Nesse sentido, a contribuição de Kalecki¹⁸ é, sem dúvida, muito mais importante acerca do papel do sistema de preços no ajustamento de curto prazo.

4. INOVAÇÕES METODOLÓGICAS PROPOSTAS POR KEYNES

Na época do surgimento da *Teoria Geral*, a proposta dominante de investigação estava centrada sobre os princípios que regem a melhor alocação de recursos escassos, uma vez postulado o pleno emprego, cujo suporte

incontestado era a Lei de Say. Keynes, de sua parte, orientara suas preocupações para a questão mais interessante a cerca de que fatores, no curto prazo, são responsáveis por um particular nível de renda, e não um outro qualquer. Para ele, uma vez repelida a Lei de Say, tanto os níveis de renda real quanto nominal eram, inequivocamente, determinados pelo volume de emprego como um todo. E, por sua vez, o dispêndio total na economia deveria fixar esse particular nível de emprego, conforme o princípio da demanda efetiva, como ele o denominou.

Aqui começa sua contribuição distintiva, pois, dada esta relação unívoca entre renda e emprego, faz sentido que todos os mercados de bens e serviços (fluxos) sejam apregados em um único mercado, correspondendo ao setor real da economia, em termos de emprego. Assim, o esquema de análise reduz-se à construção de duas funções em termos do emprego total, respectivamente, Demanda Agregada, $D = X(N)$, e Oferta Agregada, $Z = \phi(N)$; isto pode parecer trivial nos dias de hoje, mas não o era nos anos 30.

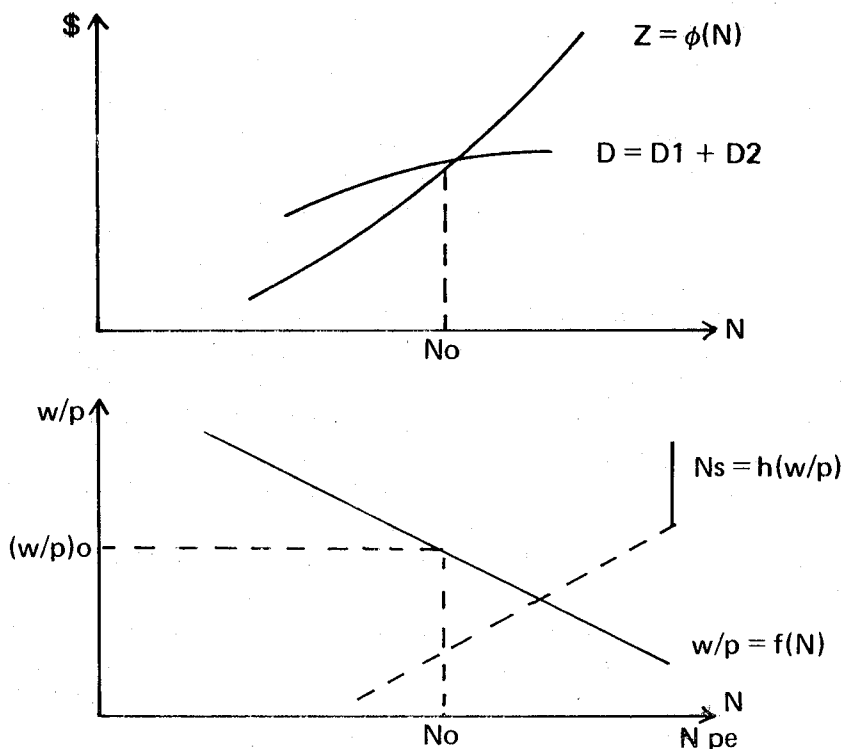
Entretanto, este alto grau de agregação não acarreta problemas maiores para a análise apenas e na medida em que a hipótese da constância de preços for mantida. Caso contrário, ter-se-ia que examinar, conjuntamente, os efeitos diferenciais, determinados por uma alteração do emprego total, sobre o dispêndio em bens de consumo e bens de capital, caso houvesse uma mudança de preços relativos para esses setores. Porém, mantida a constância de preços (dado seu grau de relativa exogeneidade), o deflacionamento de D e Z permite que se obtenha índices de quantidade de emprego demandado e ofertado — os preços relativos de cada mercado funcionariam como pesos de agregação.

Este nível de agregação, talvez excessivo, determina que o modelo proposto fuja ao típico paradigma Walrasiano, segundo o qual há que considerar um mercado de trabalho explícito — ao nível da importância de qualquer um outro, digamos, tomates — onde salário real e nível de emprego são *conjuntamente* determinados por igualação de demanda e oferta de trabalho. Na *Teoria Geral*, por outro lado, é claro o propósito de sugerir um status especial para esse “mercado” de trabalho, já que o mesmo permeia todo o sistema econômico. Dessa forma, este mercado surge como derivado e embutido no equilíbrio agregado, cujo papel é o de fixar somente o salário real e não o nível de emprego:

“Não é, portanto, a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salário real, que determina o volume de emprego, exceto no caso em que a oferta de mão-de-obra disponível, a certo salário real, fixe um nível máximo de emprego. A propensão a consumir [D 1] e o nível do novo investimento [D 2] é que determinam, con-

juntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais – não o inverso”.¹⁹

Dessa forma, dado o dispêndio em consumo, $D1$, e investimento $D2$, que representam a demanda efetiva e mantendo sua hipótese de retornos decrescentes para o trabalho, podemos representar, graficamente, o modelo proposto da seguinte forma:



De outra parte, o caráter essencialmente monetário desta economia fica resguardado porque tanto D como Z são definidos em termos monetários, respectivamente, a receita monetária que os capitalistas esperam receber a cada nível de emprego, e receita monetária que torna lucrativo o emprego a cada nível.

Entretanto, a contribuição mais importante feita por Keynes reside na possibilidade de existência de desemprego involuntário de modo mais ou menos permanente, isto é, em uma situação de equilíbrio – no sentido de que não existe nenhum mecanismo atuando para sua modificação.

Com essa finalidade, Keynes introduz o papel das expectativas na determinação de um dado volume de emprego. Mais ainda, estas expectativas pertencem a duas categorias distintas:

- expectativas de curto prazo que são formadas pelos capitalistas a partir da situação vigente em seus respectivos custos de produção (no curto prazo, salários nominais são os mais importantes itens) e determinam a posição do preço de oferta (Z);

- expectativas de longo prazo que formadas pelos capitalistas a partir de sua avaliação no que tange à compra de um novo bem de capital, (investimento) com vistas à obtenção de um rendimento líquido no futuro. Naturalmente, esse padrão de expectativas é formado de modo muito mais precário e é, portanto, alterado muito mais lentamente — tais expectativas determinam a *posição* da demanda agregada.²⁰

É a partir daqui que Keynes introduz uma outra grande contribuição teórica qual seja a do papel do ajustamento (desequilíbrio) de estoques na determinação dos fluxos de renda, consumo, investimentos e emprego correntes. Assim, subjacente ao modelo agregado, acima descrito, convivem estoques de natureza diversa segundo uma estrutura ordenada em função de seu grau de *liquidez*. Assim, a par das decisões correntes de efeito imediato (sobre fluxos) há que ser considerada igualmente, uma decisão típica de “portfolio”, envolvendo moeda (preferência pela liquidez) versus outros ativos (reais e financeiros). Portanto, uma decisão desse tipo determina, invariavelmente, modificações nas decisões correntes que afetam o emprego.

Nesse sentido, o paradigma Walrasiano de cunho atemporal é superado, pois o ajustamento de estoques pressupõe um processo no tempo. Por outro lado, Keynes aduziu, corretamente, o erro implícito na teorização ortodoxa que supunha a taxa de juros, determinada pelas decisões de poupança e investimento, quando na verdade, a taxa de juros é fixada a partir de decisões que envolvem transações de estoques — moeda e outros ativos:

“Deveria ser óbvio que a taxa de juros não pode ser um rendimento da poupança ou da espera como tal. Quando alguém acumula suas economias [poupa] sob a forma de dinheiro líquido, não ganha juro, embora economize tanto quanto antes”.²¹

Desse modo, não só o mecanismo equilibrador da taxa de juros sobre poupança e investimento não tem sentido como a pretensa *neutralidade* da moeda torna-se comprometida. Em outros termos, perturbações que se originam no setor financeiro (moeda versus títulos) podem ter efeitos sobre o setor real da economia. Mais ainda tais efeitos podem assumir um caráter permanente senão cumulativo caso as expectativas de longo prazo determi-

nem revisões sobre a taxa esperada de lucro — a eficiência marginal do capital.

Na *Teoria Geral*, Keynes não esgotou as possibilidades de análise quanto seria desejado, ao deixar de considerar, explicitamente, as condições que regulam a estrutura de ativos. Nesse sentido, vamos supor que, em recessão prolongada, os produtores necessitam recompor seus fundos, dado uma queda recorrente da receita; portanto, ofertam mais intensamente títulos de curto prazo. Por outro lado, em virtude de um maior risco de “default”, o sistema bancário torna mais seletiva sua oferta de crédito, preferindo maior liquidez (em uma situação de deflação) ou títulos indexados (em uma situação oposta de inflação). Nesse caso, as taxas de juros de curto prazo não só não cairão como, provavelmente, se elevem; tal fato, sem dúvida, agravará o pessimismo dos investidores com respeito ao ganho prospectivo de um novo investimento. Nestes termos, não será necessário para a permanência da recessão que os indivíduos prefiram moeda de “perse” — a Armadilha para a Liquidez — e, sim, que haja uma tentativa de recomposição mínima de fundos face a perda de rendimentos em virtude da recessão.

Finalmente, cabe considerar que o estado de desemprego involuntário não pode ser explicado na linha do modelo de Phelps Friedman segundo o qual o desemprego decorre de erros de percepção de parte dos indivíduos (trabalhadores e empresários) quanto aos preços relativos de equilíbrio (salários reais). Tais erros produzem flutuações momentâneas na oferta agregada, enquanto que o desemprego involuntário referido por Keynes é determinado pela demanda efetiva insuficiente — dado o grau de pessimismo em relação à Eficiência Marginal do Capital.

5. A GUIA DE CONCLUSÃO

Apesar de suas celebradas virtudes a *Teoria Geral* de Keynes apresenta, sem dúvida, um certo grau de inacabamento, pois o seu método, cujo caráter dinâmico não pode ser negado, não proporciona a possibilidade de exame de um processo *continuado* ao longo do tempo em que o processo cumulativo de investimento produza uma alteração no estoque de capital e na distribuição de renda.

Por outro lado, apesar do esforço teórico, Keynes não pode livrar-se da hipótese de produtividade marginal decrescente para o trabalho, quando, em verdade seu modelo é perfeitamente compatível com produtividade constante da mão-de-obra face à capacidade ociosa na depressão.²² Um modelo de mark-up para o sistema de preços seria mais apropriado.

Entretanto, essa obra que já se encontra tão distanciada no tempo e cujas propriedades sofreram uma transformação radical, do ponto de vista formal, nos livros modernos de macroeconomia, ainda assim sugere uma lição importante: para o exame de problemas que afetam a todos, força é recorrer a um sistema teórico que examine o sistema como um todo. Mais interessante que o exame de paradigmas que *sempre* funcionam no vácuo perfeito cabe a nós lidar com construções teóricas que explicam parcialmente a realidade intratável.

Assim, caso os adeptos de Walras percebessem a extensão desse caos, então, como o burguês fidalgo de Molière, descobririam que força fora terem pensado em Macroeconomia nos últimos quarenta anos.

NOTAS

- (1) Keynes, J. Maynard — *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1982.
- (2) Joan Robinson, refere-se à Síntese Neoclássica, cujos autores mais importantes são Samuelson, Patinkin e Hicks, como “uma versão enlatada” da obra de Keynes.
- (3) Segundo Keynes, clássicos são os seguidores de Ricardo que utilizam em suas construções teóricas, a Lei de Say ou algo equivalente; isto é, J. Stuart Mill, Walras, Edgeworth, Pareto e Marshall, e contemporâneos de Keynes seriam Pigou na Inglaterra e Viner nos Estados Unidos. Creio, porém, que as denominações “neoclássicos” e “escola neoclássica” são mais corretas, inclusive da perspectiva da História do Pensamento Econômico.
- (4) Keynes — op. cit., pág. 32-33.
- (5) Kalecki em sua *Teoria da Dinâmica Econômica* igualmente concede à moeda um papel menor — as flutuações tem sua origem no setor real.
- (6) Veja Friedman, M. — “A Theoretical Framework for Monetary Analysis”, *Journal of Political Economy*, 78, March/April 1970.
A este respeito, a convicção de Friedman e da escola monetarista é a de que a multitude dos agentes individuais, quando entregues a si mesmos e guiados pela *mão invisível*, produz, sempre e invariavelmente, resultados que são consistentes para o conjunto — Laissez-Faire! Laissez-passé!
- (7) Walras, L. *Elements of Pure Economics*, George Allen and Unwin, 1954.

- (8) Veja a este respeito, Weintraub, E. R. — "The Microfoundations of Microeconomics: A Critical Survey", *Journal of Economic Literature*, Vol XV, nº 1, march, 1977. E do mesmo autor, *Microfoundations*, Cambridge University Press, London, 1979.
- (9) Isto é, pode ser que um vendedor desejasse obter uma receita maior por seu lote de alfaces entretanto, em razão da abundância de hortaliças naquele dia de feira, o vendedor não teria outro recurso senão reduzir o preço, mas por que o mesmo não respeitaria os fatos da vida como eles se apresentam?
- (10) Em verdade, pela Lei de Walras uma das equações de equilíbrio de mercado é redundante. Há, portanto, a determinação de somente $n-1$ preços, sendo o enésimo o numerário do sistema.
- (11) As condições que asseguram a existência de uma solução de equilíbrio são algo restritivas. Como referência: Arrow, K. e Hahn, F. — "General Competitive Analysis", Holden-Day, 1971, cap. 1-5.
- (12) Edgeworth propunha uma teoria equivalente a de Walras, para a formação de preços a qual pressupunha a figura da "Recontração" (recontracting). Essa figura significa que os indivíduos estabelecem promessas de compra e venda que podem ser desfeitas, caso o preço acordado não seja aquele que prevalece no fechamento das transações. A recontração acha-se explícita na análise da famosa Caixa de Edgeworth em que os indivíduos, uma vez dispondo de seus estoques de mercadorias, fazem ainda melhor ao trocarem as mesmas entre si, e, com isto, alcançam uma curva de indiferença mais alta. O fato importante a lembrar é que não há nenhuma perda de renda ou riqueza na troca, pois o preço relativo que se estabelece permite a ambos os indivíduos comprarem os estoques iniciais que possuíam. Para uma comparação de Walras e Edgeworth a respeito da formação de preços, veja Peter Newman — *The Theory of Exchange*, Prentice-Hall, 1965. Caps. 3-5.
- (13) Patinkin, D. — *Money, Interest and Prices*, Harper and Row, 1965.
- (14) Patinkin, D. — "Price Flexibility and Full Employment", in William, H e Hufnagle, T. — *Macroeconomic Theory: Selected Readings*, Appleton-Century-Crofts, 1969.
- (15) Tal dilema pode traduzir-se em conseqüências reais; Herbert Hoover declarava, no auge da depressão, que "havia, para cada americano, um emprego esperando em cada esquina"!
- (16) Para um melhor entendimento acerca da natureza e formação de expectativas em Keynes, veja Crusius, C. A. "As Dimensões do Provável e do Incerto em J. M. Keynes", *Semana Marx-Keynes*, Texto nº 7, IEPE/UFRGS, 1983.

- (17) A esse respeito, veja a análise brilhante de Hicks em sua obra: *Capital and Growth*, Oxford University Press, 1965, cap. VII.
- (18) Kalecki, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*, Coleção "Os Pensadores", Abril Cultural, 1978, parte I.
- (19) Keynes, op. cit. pág. 42.
- (20) Keynes, op. cit. cap. 5.
- (21) Keynes op. cit, cap. 13.
- (22) Agradeço às observações dos Profs. Achyles Barcellos da Costa e Pedro Cesar Fonseca, nesse sentido.